

GONÇALVES, José Roberto. *Memória e Cidade: a formação das vilas populares em Campinas – 1964-1984*. Jundiaí: Paco Editorial.2014.188 p.

MEMÓRIA E CIDADE: A FORMAÇÃO DAS VILAS POPULARES EM CAMPINAS – 1964-1984

Alcides de Jesus Lima¹

José Roberto Gonçalves é Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na sua obra *Memória e Cidade: a formação das vilas populares em Campinas 1964-1984*, Gonçalves se propõe a narrar a memória dos primeiros moradores da Vila Castelo Branco. Para isso, lança mão da história oral, enquanto possibilidade de recriação do passado, por entender que os discursos oficiais em torno da vila não viabilizavam a percepção da história de vida dos seus habitantes.

O debate em torno da memória enquanto fonte histórica não é novo, como lembra a antropóloga Julie Cruikshank. Nesse sentido, algumas considerações sobre a História Oral são desenvolvidas pelo referido autor, apresentando os seus principais aspectos. Para considerar esse campo da história enquanto método, considerou-se a composição da memória, visto que essa é a matéria prima da História Oral. Não há, no entanto, nenhuma interpretação inovadora com relação ao fenômeno da memória e, sobretudo, no que concerne ao seu processo de construção.

Gonçalves se apoiou, nesse sentido, nas interpretações de teóricos como Michael Pollak, para quem a questão do esquecimento e/ou silêncio dos sujeitos em torno de determinados fatos do passado não deve ser desconsiderada. Uma das questões mais relevantes nas considerações do estudioso se refere às características da memória. Compartilhando das interpretações clássicas a respeito desse fenômeno, destaca-se que ela é dinâmica e se evidencia no contexto da interação entre os sujeitos, o que configura o seu caráter coletivo, já bem explicado por Maurice Halbwachs e compartilhada pelo historiador Henri Rousso, para quem “a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente [...]”.

Outra dimensão apresentada por Gonçalves se refere à atualidade da memória, visto que para pensadores como Pierre Nora, a memória deve ser alimentada para existir, porque não há “memória espontânea.” Nesse sentido, ela é produto do presente porque é viva e acessada constantemente.

O autor resenhado também analisa essas características da memória, considerando como se desenvolve o processo de rememoração no âmbito de sua pesquisa, não deixando de considerar os avanços da História Oral no Brasil, aponta para as especificidades e o atual estágio desse campo no país. Sem consenso na comunidade acadêmica, a subjetividade na História Oral continua gerando debates entre os historiadores, sobretudo entre os seus críticos.

A obra se organiza em 3 capítulos. No primeiro capítulo, realiza-se a apresentação da natureza das fontes e também da metodologia mais apropriada ao desenvolvimento da pesquisa. Embora as imagens/fotografias já sejam amplamente empregadas na pesquisa histórica, o autor apresenta os seus principais aspectos, apontando tanto para a sua relevância quanto para as suas limitações que podem apresentar como fonte da história.

No contexto de sua obra, a fotografia não lhe serviu apenas como fonte, mas principalmente como um mecanismo provocador da memória dos indivíduos, visto que ela não é espontânea. Algumas imagens foram produzidas durante a pesquisa e se usou não como fonte principal, mas principalmente como um meio de possibilitar o processo de rememoração.

Um dos momentos relevantes da sua obra ocorre quando são apresentados os aspectos envolvidos na construção do conhecimento histórico. Gonçalves compartilha do pensamento que entende o passado na história como uma construção possível a partir de diferentes olhares.

No que concerne à História Oral, observa-se que há visões distintas na construção desse campo do conhecimento, visto que envolve tanto as subjetividades dos sujeitos/fontes quanto do entrevistador/pesquisador. O historiador se vale de critérios apropriados para possibilitar o desenvolvimento da pesquisa. Entre esses critérios, a seleção dos informantes é imprescindível e a própria recriação do passado. Os interesses do

pesquisador nem sempre convergem para os dos sujeitos e/ou comunidade que lhe servem como objeto/fonte, conforme adverte o historiador Alessandro Portelli.

Nesse ponto, ocorre o que Gonçalves entende como intersubjetividade, que nada mais é do que as relações entre diversas subjetividades. Nesse sentido, há uma interação entre os diferentes sujeitos na produção do conhecimento histórico. Diante disso, no processo de “produção” das fontes, é indispensável atentar para os detalhes que são essenciais para a pesquisa e, por isso, não podem ser ignorados. Nos discursos, é necessário considerar como de igual relevância tanto os ditos quanto os não ditos, pois omissões e silêncios também são reveladores.

Para narrar à história de vida dos primeiros moradores da Vila Castelo Branco na cidade de Campinas, o estudioso analisou a formação da cidade, visando perceber o contexto da formação dessa Vila e a composição étnica dos seus habitantes. Campinas surgiu no contexto da mineração como um núcleo urbano intermediário entre o litoral paulista e as minas de ouro na região de Cuiabá, interior do Brasil. Desenvolveu-se posteriormente no contexto da economia açucareira e cafeeira. A ocupação do espaço campineiro se deu de forma diferenciada por grupos sociais diversos com destaque para os escravos e os imigrantes.

Nesse contexto, aponta-se a formação habitacional de Campinas, enfatizando-se as influências exercidas pelas antigas habitações coloniais (senzalas) na formação das vilas populares no Brasil. O autor nos chama a atenção para a reprodução do modelo habitacional da colônia na cidade já na segunda metade do século XX, visto que a segregação espacial se reproduziu na moderna Campinas. Focalizando-se no seu objeto de análise (Vila Castelo Branco), Gonçalves apresenta as principais políticas habitacionais para combater o déficit habitacional no Brasil no âmbito do Regime Militar.

Embora apresente um panorama das vilas populares na cidade de Campinas, considerando os seus aspectos gerais, o foco central de análise é a Vila Castelo Branco. O ponto central da pesquisa se configura quando o autor insere vários relatos dos moradores no 3º capítulo, priorizando as narrativas dos sujeitos e evidenciando as experiências no interior desses relatos.

Não podemos deixar de ressaltar que, de algum modo, o autor se sentia parte da comunidade, visto que tinha origem em Castelo Branco. Logo,

na introdução, ele apresenta algumas considerações em torno do sentimento de pertencimento, a constituição da identidade e do lugar social dos sujeitos, apoiando-se nas conclusões de Michael Pollack.

Uma das razões que levou o autor a optar pela História Oral foi a pequena quantidade de registros escritos e mesmo imagéticos produzidos pela comunidade de Castelo Branco. Buscou-se recompor a trajetória da Vila a partir dos discursos não oficiais. Mesmo assim, realizou-se o cruzamento das fontes e, nesse processo, constataram-se alguns desencontros entre os discursos oficiais e os relatos dos moradores. Algumas divergências se referem aos serviços urbanos, pois enquanto alguns veículos de comunicação da época noticiavam que a vila havia sido entregue à população com todos os serviços instalados, os relatos dos moradores denunciam que muitos dos melhoramentos de Castelo Branco só foram introduzidos posteriormente e se deu através da participação ativa dos mesmos no processo.

Tratando-se de um bairro destinado a populares, Gonçalves traçou algumas considerações a respeito dos novos habitantes da vila Castelo Branco. Esses indivíduos habitavam nos cortiços ou em outras sub-habitações existentes em Campinas. Além da origem e da renda, a quantidade de filhos também integrava o critério de seleção para a distribuição das casas aos populares.

Ainda que existissem esses critérios, dependia-se também do auxílio de políticos para a aquisição dos imóveis. Nos relatos, os moradores foram evidenciando o seu cotidiano durante a formação da comunidade, evidenciando-se as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos. Uma das razões para as dificuldades de pertencimento à comunidade de Castelo Branco se relacionava com as manifestações preconceituosas contra os moradores dessa Vila, pois esta foi muitas vezes retratada na imprensa como “quistos sociais.”

Diversos aspectos das trajetórias dos moradores podem ser vistos diretamente nos relatos dos habitantes de Castelo Branco. Coube ao autor construir o encadeamento desses relatos e construir a narrativa histórica. Para isso, valeu-se de um corpus que permitiu a reconstrução do passado desses indivíduos sem tantas interferências do pesquisador. Privilegiou-se que as fontes “falassem” diretamente aos leitores, no entanto, isso não significa pensar que não houve seleção e adequação dos relatos no interior da narrativa.

Não se pode pensar na inexistência de subjetividades do autor, visto que as escolhas metodológicas, o ordenamento dos discursos e mesmo a sua produção histórica partiram unicamente do pesquisador. Mas não é somente a subjetividade do pesquisador que se imprime na pesquisa. Adequa-se, desse modo, o conceito de intersubjetividade, pois há interesses tanto do historiador quanto dos moradores. Essa operação, no entanto, não é exclusividade da História Oral, pois outras metodologias e fontes históricas também demandam interesses dos historiadores, resguardando-se as suas especificidades. Conclui-se pensando que essa publicação de José Roberto Gonçalves é muito mais do que um trabalho de pesquisa, visto que nos provoca algumas reflexões metodológicas.

Recebido em 19/09/2015 - Aprovado em 2/10/2015

